



Simulado Final

TRF 3

**Cargo: Técnico Judiciário -
Área Administrativa
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final TRF-3 (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do TRF-3**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ipG32W1pBsykcFR48>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

Atualmente, muito se ouve falar acerca de aquecimento global. O aquecimento global é, em resumo, o aumento da temperatura média do planeta que se dá por meio do efeito estufa. Esse é um fenômeno natural responsável pela manutenção da temperatura na Terra, porém, devido ao aumento da poluição, das queimadas e do desmatamento, o efeito estufa está ocorrendo em níveis muito acima do ideal.

Em razão dos altos níveis do efeito estufa, o aquecimento global se intensifica, causando o derretimento de calotas polares (regiões cobertas por gelo, localizadas nas duas extremidades da Terra), aumento do nível de geleiras naturais, desertificação de áreas e alterações nos níveis de chuva por todo o globo terrestre.

Essas mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa geram alterações nos níveis de chuva, resultando em uma elevação em determinada região. Tal aumento, ocorrendo concomitantemente à poluição e à falta de infraestrutura nas cidades, resulta no aumento de enchentes, inundações e alagamentos.

As enchentes são fenômenos naturais. Elas ocorrem a partir do aumento do volume de água dos rios. Assim como as enchentes, as inundações também são fenômenos naturais e podem ser definidas como o transbordamento de água em um espaço. Já os alagamentos podem ser descritos como um acúmulo de água em locais inadequados, seja em zonas urbanas, acarretado pelo entupimento de bueiros, ou em zonas naturais, causado pela baixa capacidade de absorção de água pelo solo.

Em zonas urbanas, as enchentes causam danos a casas e comércios, provocando destruição da estrutura destes e de outros bens materiais, como camas, geladeiras e fogões. Em casos mais graves, as fortes chuvas podem acarretar o desmoronamento, além de contribuir para a proliferação de doenças, como, por exemplo, a leptospirose.

As mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa e pelo aquecimento global estão cada vez mais perceptíveis e prejudiciais à vida na Terra. Logo, cabe a nós, cidadãos, tomarmos as atitudes necessárias para revertermos essa

preocupante realidade de forma que possamos garantir um futuro melhor para nós e para as próximas gerações, visando sempre à sustentabilidade e à consciência socioambiental.

- 01.** Sobre o texto acima, assinale a alternativa incorreta.
- a) O aquecimento global, causado pelo aumento do efeito estufa devido à poluição e desmatamento, está elevando as temperaturas médias do planeta.
 - b) O derretimento das calotas polares e a desertificação de áreas são causas diretas do aquecimento global intensificado.
 - c) As mudanças climáticas resultantes do aquecimento global geram alterações nos níveis de chuva, aumentando a ocorrência de enchentes, inundações e alagamentos, especialmente em áreas urbanas.
 - d) Enchentes e inundações são fenômenos naturais agravados pela falta de infraestrutura e poluição, resultando em danos significativos a propriedades e aumento de doenças.
 - e) A necessidade de ações conscientes e sustentáveis por parte dos cidadãos é crucial para mitigar os impactos negativos das mudanças climáticas e garantir um futuro melhor para as próximas gerações.

02. Assinale a alternativa que apresente correção em relação à concordância.

- a) Embora o aquecimento global seja um fenômeno natural responsável pela manutenção da temperatura na Terra, o aumento da poluição, das queimadas e do desmatamento têm exacerbado esse efeito, resultando em níveis alarmantes que ameaçam o equilíbrio climático do planeta.
- b) As altas concentrações de gases do efeito estufa, que intensificam o aquecimento global, não apenas causa o derretimento acelerado das calotas polares e o aumento do nível dos oceanos, mas também promove a desertificação de vastas áreas, impactando negativamente os ecossistemas e a biodiversidade.
- c) Devido às mudanças climáticas associadas ao efeito estufa, há uma alteração nos padrões de precipitação, o que, combinado com a poluição e a insuficiência de infraestrutura nas áreas urbanas, resultam em enchentes e alagamentos cada vez mais frequentes e destrutivos.
- d) Apesar de serem fenômenos naturais, as enchentes e inundações são agravadas pela intervenção humana, como o entupimento de bueiros nas cidades e a diminuição da capacidade de absorção do solo, fenômenos que podem ser mitigados por políticas públicas eficazes e conscientização ambiental.
- e) A fim de prevenir os danos causados pelas enchentes, que incluem desde a destruição de bens materiais até a proliferação de doenças como a leptospirose, é imprescindível que adotemos medidas sustentáveis e de infraestrutura, promovendo um planejamento urbano que considerem os impactos das mudanças climáticas.

03. Quanto à colocação pronominal, assinale a alternativa que apresente desvio.

- a) Apesar de o efeito estufa ser essencial para manter a temperatura da Terra, as atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento desenfreado, têm aumentado a

concentração de gases estufa, exacerbando-se o aquecimento global e seus efeitos adversos.

- b) A intensificação do aquecimento global, que se justifica pelo aumento dos níveis de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa, tem levado ao derretimento acelerado das geleiras e calotas polares, contribuindo para a elevação do nível do mar e a perda de habitats naturais.
- c) As mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global, que incluem alterações nos padrões de precipitação e eventos climáticos extremos, têm resultado em enchentes mais frequentes e severas, especialmente em áreas urbanas que se mostram carentes de infraestrutura adequada.
- d) Embora enchentes e inundações sejam processos naturais, a urbanização desordenada, combinada com a falta de sistemas eficientes de drenagem, tem agravado-se a ocorrência desses eventos, causando prejuízos materiais significativos e colocando em risco a saúde pública.
- e) Para mitigar os impactos das mudanças climáticas e prevenir futuros desastres, é fundamental que se adotem práticas sustentáveis, invistamos em tecnologias verdes e promovamos a educação ambiental, de modo a garantir um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente.

04. Quanto à substituição de um substantivo por um pronome átono, assinale a alternativa correta:

- a) Essas mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa geram alterações nos níveis de chuva / geram-nos
- b) Em zonas urbanas, as enchentes causam danos a casas e comércios / **causam-lhes**
- c) as fortes chuvas podem acarretar o desmoronamento / podem acarretá-los
- d) visando sempre à sustentabilidade. / Visando-lhe sempre.
- e) Logo, cabe a nós, cidadãos, tomarmos as atitudes necessárias / tomarmo-las.

05. Assinale a alternativa incorreta em relação ao emprego do acento de crase.

- a) Devido à intensificação do aquecimento global, as regiões próximas à calotas polares estão enfrentando um rápido derretimento do gelo.
- b) As políticas públicas voltadas à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas precisam ser implementadas com urgência para evitar desastres ambientais.
- c) A contribuição das atividades humanas à emissão de gases de efeito estufa é um dos principais fatores do aquecimento global.
- d) A falta de infraestrutura adequada nas cidades leva à ocorrência frequente de enchentes e alagamentos durante as chuvas intensas.
- e) As campanhas de conscientização são essenciais para educar a população quanto à importância de práticas sustentáveis e à preservação do meio ambiente.

06. Em uma conversa sobre aquecimento global. Ana perguntou ao irmão: João, você já percebeu como as temperaturas estão cada vez mais altas nos últimos anos?

A oração acima está no discurso direto. Transpondo-se tal estrutura para o discurso indireto, teríamos a seguinte versão correta:

- a) Ana perguntou ao irmão se ele percebe como as temperaturas estão cada vez mais altas nos últimos anos.
- b) Ana perguntou ao irmão se João havia percebido como as temperaturas estavam cada vez mais altas nos últimos anos.
- c) Ana perguntou ao irmão se você percebera como as temperaturas estão cada vez mais altas nos últimos anos.
- d) Ana perguntou ao irmão se ele perceberia como as temperaturas estavam cada vez mais altas nos últimos anos.

e) Ana perguntou ao irmão se ele tinha percebido como as temperaturas estavam cada vez mais altas nos últimos anos.

07. Assinale a alternativa em que o emprego da(s) vírgula(s) é facultativo.

- a) O aquecimento global está ameaçando ecossistemas em todo o mundo, causando a extinção de diversas espécies.
- b) O derretimento acelerado das calotas polares está contribuindo, de modo muito significativo, para a elevação do nível do mar.
- c) A frequência e a intensidade das enchentes e secas têm aumentado, devido às mudanças climáticas.
- d) poluição industrial e a queima de combustíveis fósseis intensificam o efeito estufa, aquecendo ainda mais o planeta.
- e) Para combater o aquecimento global e proteger nosso futuro, medidas urgentes e efetivas são fundamentais.

08. *A poluição industrial e a queima de combustíveis fósseis intensificam o efeito estufa...*

Se o verbo, destacado acima, fosse transposto para a voz passiva, teríamos:

- a) são intensificados
- b) era intensificado
- c) será intensificado
- d) tem sido intensificado
- e) é intensificado

09. No último parágrafo, o termo 'Logo' só não poderia ser substituído por:

- a) Portanto
- b) Pois
- c) Então
- d) Por conseguinte
- e) Desse modo

10. As mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa e pelo aquecimento global estão cada vez mais perceptíveis e prejudiciais à vida na Terra.

O termo sublinhado exerce a função de:

- a) sujeito
- b) complemento nominal
- c) objeto indireto
- d) adjunto adnominal
- e) agente da passiva.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

11. Três praças José, Luciano e Oslani, ganharam R\$ 20.000,00 como premiação. José tem 2 filhos, Luciano, 3 filhos e Oslani, 5 filhos. A divisão da premiação será feita de forma proporcional ao número de filhos. A diferença entre as partes de Oslani e José é igual a:

- a) R\$ 2.000,00
- b) R\$ 3.000,00
- c) R\$ 4.000,00
- d) R\$ 6.000,00
- e) R\$ 5.000,00

12. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

13. Em um saco há 180 bolinhas, umas brancas, outras pretas e não há bolinhas de outra cor. Das bolinhas do saco, 60% são pretas. São retiradas N bolinhas brancas do saco e, então a porcentagem de bolinhas pretas do saco passou a ser de 80%.

O valor de N é

- a) 20.
- b) 25.
- c) 30.
- d) 40.
- e) 45.

14. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
 - II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
 - III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
 - IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.
- A partir dessas informações, é correto afirmar que
- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
 - b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
 - c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
 - d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
 - e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

15. Se eu paguei o aluguel ou comprei comida, então o meu salário entrou na conta.

Uma afirmação equivalente a afirmação anterior é

- a) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel e não comprei comida.
- b) Se eu paguei o aluguel e comprei comida, então o meu salário entrou na conta.
- c) O meu salário entrou na conta e eu comprei comida e paguei o aluguel.
- d) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel ou não comprei comida.
- e) Se eu não paguei o aluguel e não comprei comida, então o meu salário não entrou na conta.

NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

16. Considerando que a Constituição Federal garante a igualdade de todos perante a lei, o Conselho Nacional de Justiça aponta, em sua Resolução nº 401/2021, as diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos **órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. Assim, para promover a acessibilidade, o poder judiciário deverá implementar:**

- a) adequação dos sistemas informatizados de tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o andamento prioritário, em todos os atos e diligências, nos processos judiciais e administrativos em que a pessoa com deficiência seja parte ou interessada.
- b) adequação dos sistemas informatizados de tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o andamento prioritário em atos e diligências, de todos os processos judiciais.

c) adequação da tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o atendimento personalizado, em todos os atos e diligências, nos processos judiciais e administrativos em que a pessoa com deficiência seja parte.

d) adequação dos sistemas informatizados de tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o andamento prioritário, em todos os atos e diligências, apenas nos processos judiciais em que a pessoa com deficiência seja parte ou interessada.

e) adequação dos sistemas informatizados de tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o andamento prioritário, em todas as decisões dos processos judiciais e administrativos em que a pessoa com deficiência seja parte ou interessada.

17. Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, bem como diante dos direitos e garantias fundamentais previstas no art. 5º do Texto Constitucional, toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Dessa forma,

- a) considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, exceto a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- b) considera-se discriminação em razão da deficiência determinadas formas de exclusão, por ação ou omissão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- c) considera-se discriminação em razão da deficiência diversas formas de exclusão, por ação ou omissão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência.
- d) considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- e) considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, exceto a

recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

18. O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas portadoras de deficiência ou que possuem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade, assim, o tratamento diferenciado inclui, exceto

- a) assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis.
- b) mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
- c) serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.
- d) disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais necessários, salvo nas edificações de uso público e naquelas de uso coletivo.

19. Luiz, portador de deficiência visual em um dos olhos requisitou o acesso às vagas reservadas à pessoa com deficiência (PcD) em um concurso público de sua cidade. Assim, considerando sua visão monocular, Luiz

- a) deverá concorrer às vagas de ampla concorrência, já que sua condição não o enquadra como PcD.
- b) ainda que possua dificuldades visuais, deverá concorrer à vagas de ampla concorrência, podendo solicitar auxílio durante a realização da prova.
- c) deverá atentar-se ao edital do certame, que irá definir se sua condição o enquadra nas vagas destinadas à pessoas com deficiência.
- d) poderá concorrer à vagas destinadas à pessoa com deficiência, sem qualquer impedimento.
- e) poderá concorrer à vagas destinadas à pessoa com deficiência, desde que realize uma perícia médica que constate seu impedimento.

20. Um jovem, que estuda para concursos, sabendo dos seus direitos, buscou atendimento destinado a pessoa com deficiência em um fórum de sua cidade, alegando a dificuldade auditiva por possuir perda unilateral de sua audição. Nesse caso,

- a) o jovem poderá requisitar o atendimento já que sua condição o enquadra como PcD, em qualquer hipótese.
- b) só será dado a ele o atendimento prioritário em caso de perda unilateral total, já que apenas nesse caso o jovem seria considerado pessoa com deficiência.
- c) só seria dado a ele o atendimento prioritário se sua perda auditiva fosse bilateral, ainda que parcialmente
- d) o fórum deverá analisar a situação para conferir a ele o acesso ao atendimento prioritário.
- e) o jovem só será considerado pessoa com deficiência na hipótese de concorrência à cargos públicos, no caso em tela não é necessário o atendimento prioritário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. No tocante às regras aplicáveis aos ocupantes de cargos em comissão e exercentes de função de confiança, é correto afirmar que

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, na forma da lei.
- b) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- c) as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas a atribuições de direção, assessoramento e chefia, em que há desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.
- d) apesar de os cargos em comissão serem de livre exoneração, a autoridade nomeante está vinculada ao atendimento às restrições do direito público, a exemplo da vedação ao nepotismo e outras condições eventualmente previstas em lei.
- e) os ocupantes de cargo em comissão, na esfera federal, adquiriram estabilidade no serviço público com a promulgação da Constituição Federal caso estivessem, em 1988, há três anos exercendo seu cargo.

22. Assinale, abaixo, competência do Tribunal de Contas da União (TCU) prevista na Constituição Federal:

- a) julgar as contas do Presidente da República como mecanismo republicano de controle da gestão governamental.
- b) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal para cargos de livre nomeação e exoneração.
- c) aplicar aos responsáveis, em caso de irregularidade de contas, sanções criminais previstas em lei.
- d) fiscalizar integralmente as contas, sejam nacionais ou não, das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.
- e) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade em ato ou contrato.

23. Considerando as disposições da Lei 9.784/1999, é correto afirmar que o recurso interposto no âmbito de processo administrativo

- a) somente pode ser manejado por aqueles que figurarem como interessados no processo.
- b) deve ser interposto no prazo de 30 dias contado da ciência da decisão combatida.
- c) não será nem mesmo conhecido após exaurida a esfera administrativa.
- d) caso veicule alegação de que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, impõe à autoridade prolatora da decisão impugnada sua reconsideração.
- e) poderá ser interposto exclusivamente em face de razões de legalidade.

24. No que se refere ao desfazimento dos atos administrativos, é correto asseverar que a(o)

- a) anulação decorre da constatação de que o ato não atende ao interesse público.
- b) revogação enseja o desfazimento do ato com efeitos *ex tunc*.

c) controle judicial dos atos não ocorre sobre atos discricionários.

d) controle administrativo dos atos administrativos prescinde de provocação.

e) cassação ocorre quando surge norma jurídica que torna inadmissível situação anterior, na qual foi praticado o ato administrativo.

25. Como resultado da desconcentração administrativa, são criados órgãos públicos, os quais podem assumir diversas posições hierárquicas. Órgãos previstos no próprio texto constitucional, que não se subordinam a outros entes e cujos titulares são agentes políticos, em regra, são chamados de órgãos

- a) supremos, como o Supremo Tribunal Federal.
- b) independentes, como os Gabinetes de Desembargadores.
- c) independentes, como o Senado Federal.
- d) autônomos, como o Superior Tribunal de Justiça.
- e) polivalentes, como a Presidência da República.

26. A respeito da delegação de serviços públicos mediante contrato administrativo de concessão, assinale a alternativa correta:

- a) materializa a delegação por serviços.
- b) para viabilizar a modicidade tarifária, a legislação autoriza a criação de benefício tarifário singular.
- c) não é cabível a cobrança de tarifas diferenciadas em função dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários por violação ao princípio da isonomia.
- d) poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.
- e) não se veda a obtenção de lucros exorbitantes pelo prestador a partir da receita de tarifas, quando o serviço estiver sendo prestado adequadamente.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

27. A respeito da Constituição Federal e seus direitos e garantias fundamentais, assinale a opção INCORRETA.

- a) A escusa de consciência consiste em recusar-se, o indivíduo, a cumprir obrigação legal a todos imposta por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política.
- b) A liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é garantida pela Constituição Federal, ato este que independerá de censura ou licença.
- c) Em caso de desastre, poderá o indivíduo adentrar em domicílio particular, ainda que no período da noite.
- d) O sigilo das comunicações telefônicas poderá ser quebrado, através de decisão judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) As reuniões em locais abertos ao público são permitidas, desde que pacificamente, sem armas, que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia anuência da autoridade competente.

28. A respeito da Constituição Federal e seus direitos sociais, marque o item correto.

É direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) A irredutibilidade do salário, ainda que disposto em convenção ou acordo coletivo.
- b) O décimo terceiro salário, calculado em 50% sobre o valor da remuneração
- c) A participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, direito esse não extensível aos trabalhadores domésticos.
- d) A proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa.

e) O salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa e média renda nos termos da lei.

29. De acordo com a Constituição Federal, são considerados brasileiros natos:

- a) Os portugueses com igualdade de direitos.
- b) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, com a condição de que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) Aqueles que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- d) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, caso venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- e) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, independentemente de estarem ou não a serviço de seu país.

30. Tendo em vista o tema Cidadania e Direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- a) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular;
- b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e facultativos para os analfabetos; os maiores de setenta anos; e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
- c) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e os conscritos;
- d) São condições de elegibilidade, na forma da lei a idade mínima de trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- e) São elegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

31. Compete privativamente à União legislar sobre, EXCETO:

- a) diretrizes da política nacional de transportes.
- b) organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
- c) direito civil, comercial, penal, processual, tributário, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- d) proteção e tratamento de dados pessoais.
- e) serviço postal.

32. Adalberto é juiz estadual e nunca reteve autos injustificadamente além do prazo legal, sempre devolvendo-os ao cartório com o despacho ou decisão devida. Ele exerce sua função na mesma entrância para a qual foi promovido por antiguidade há dois anos, tendo figurado por cinco vezes alternadas na lista de merecimento para promoção de entrância para entrância e integrando atualmente a primeira quinta parte da lista de antiguidade. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e considerando apenas os dados fornecidos, Adalberto:

- a) não pode ser promovido por merecimento, pois tal promoção pressupõe o tempo mínimo de três anos de exercício na respectiva entrância.
- b) não pode ser promovido por merecimento, pois para tanto é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas em lista de merecimento.
- c) deve ser promovido por merecimento, respeitadas as normas incidentes na espécie.
- d) deve ser promovido por merecimento, sendo que o tribunal somente poderá recusar tal promoção pelo voto fundamentado de dois quintos de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

e) não pode ser promovido por merecimento, pois tal promoção pressupõe o tempo mínimo de cinco anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira terça parte da lista de antiguidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

33. Abelardo, empregado de uma indústria de automóveis, recebe, além de seu salário, parcelas adicionais que compõem sua remuneração mensal. A seguinte parcela seria indevidamente excluída do salário-de-contribuição de Abelardo:

- a) as diárias para viagens.
- b) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica.
- c) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico e odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado.
- d) vale transporte pago em dinheiro, nos termos da legislação própria.
- e) os valores relativos ao 13º salário (gratificação natalina).

34. Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao financiamento da Seguridade Social, julgue os itens a seguir:

- I – As pessoas físicas em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderão contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- II – Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- III – As contribuições sociais de seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, podendo ser cobradas apenas no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação, em obediência ao princípio da anterioridade.
- IV - Lei ordinária poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

35. Mathias, médico não aposentado, faleceu em 15/08/2022 em decorrência de um acidente de automóvel durante uma viagem de férias, deixando cônjuge de 42 anos, com quem era casado desde 08/04/2021, um filho inválido com 16 anos de idade e um filho adotivo de 11 anos. Ao tempo do falecimento, Mathias exercia sua atividade de médico em um consultório particular desde 2010 e em hospital público estadual desde 2020. Mathias era filiado e inscrito no regime de previdência social relativo a ambas as atividades profissionais que exercia, tendo recolhido tempestivamente as respectivas contribuições previdenciárias em vida.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta nos termos da legislação previdenciária:

- a) O cônjuge de Mathias fará jus à percepção da pensão por morte por apenas 4 meses.
- b) O cônjuge de Mathias fará jus à percepção da pensão por morte vitalícia.
- c) O valor da pensão por morte de Mathias, a ser partilhado entre seus dependentes, deverá corresponder à 80% da aposentadoria a que ele teria direito se, na data do óbito, estivesse aposentado por incapacidade permanente, observado o limite máximo de benefícios do RGPS.
- d) O valor da pensão por morte de Mathias, a ser partilhado entre seus dependentes, deverá corresponder à 100% da aposentadoria a que ele teria direito se, na data do óbito, estivesse aposentado por incapacidade permanente, observado o limite máximo de benefícios do RGPS.
- e) Apenas os filhos de Abelardo terão direito à pensão por morte.

36. Gleisi, 59 anos de idade, moradora de Jundiaí/SP, professora do ensino fundamental, casada com Dorival, mãe de 2 filhos, é segurada empregada filiada ao RGPS, possuindo 25 anos ininterruptos de contribuição em efetivo exercício na função de magistério da educação básica. Diante do exposto, podemos afirmar que:

- a) independentemente do cumprimento de carência, poderá ser concedida aposentadoria programada do professor a Gleisi, pois ela possui mais de 55 anos de idade e 25 anos de contribuição, que são os requisitos exigidos para a concessão do mencionado benefício.
- b) Gleisi não preenche os requisitos para a aposentadoria programada do professor, por não ter a idade mínima exigida pela legislação.
- c) uma vez cumprida a carência, poderá ser concedida aposentadoria programada do professor a Gleisi.
- d) Somente quando Gleisi completar 60 anos de idade e, pelo menos, 25 anos de contribuição, terá direito a uma aposentadoria programada do professor, cuja renda mensal inicial será 100% do salário de benefício.
- e) Gleisi não preenche os requisitos para a aposentadoria programada do professor, por não ter o tempo de contribuição na atividade de magistério exigido pela legislação.

37. Com relação aos benefícios concedidos pela Previdência Social, nos termos do Decreto 3.048/99, verifica-se que o(a).

- a) auxílio acidente é concedido apenas quando as lesões são decorrentes de acidente do trabalho e resultem em sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- b) aposentadoria especial é concedida mesmo que a exposição a condições especiais que prejudiquem a saúde tenha ocorrido de forma ocasional ou intermitente.
- c) aposentadoria por incapacidade permanente somente é concedida se o beneficiário gozou

anteriormente do auxílio por incapacidade temporária e foi considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

- d) auxílio por incapacidade temporária, quando a incapacidade for superior a 15 dias, é devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, se requerido em até 30 dias do afastamento e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade, se requerida no mesmo prazo.
- e) Caso o segurado exerça mais de uma atividade abrangida pela previdência social, o auxílio por incapacidade temporária não será devido caso a incapacidade ocorra apenas para o exercício de uma de suas atividades.

38. Berenice é segura vinculada ao Regime Geral de Previdência Social e consulta um advogado para obter informações acerca dos períodos de carência para a concessão de alguns benefícios do RGPS. Assinale a alternativa que contém a orientação correta prestada pelo respectivo advogado:

- a) A carência será de dez contribuições mensais no caso de salário-maternidade, para as seguradas contribuinte individual, especial e trabalhadora avulsa.
- b) No caso do auxílio-reclusão, a carência será de 36 contribuições mensais.
- c) Independe de carência, dentre outros, a concessão de pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente e auxílio por incapacidade temporária.
- d) Para o segurado especial, considera-se período de carência o tempo mínimo de efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, igual à quantidade de meses necessária à concessão do benefício requerido.
- e) A carência será de cento e oitenta contribuições mensais, nos casos de aposentadoria programada, por idade do trabalhador rural, aposentadoria especial e por incapacidade permanente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

39. Conforme entendimento jurisprudencial, há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções, exceto no processo:

- a) Em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha
- b) Quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive
- c) Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo
- d) Quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes
- e) Em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

40. Assinale a opção correta sobre o cumprimento de sentença:

- a) A impenhorabilidade de até quarenta salários-mínimos restringe-se a quantia depositada em caderneta de poupança.
- b) Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, bastará a indicação do valor que entende correto para a apreciação do pedido.
- c) Em regra, a impugnação ao cumprimento de sentença não possui efeito suspensivo, fato que permite a prática dos atos executivos.
- d) As questões relativas à validade e à adequação da penhora não podem ser alegadas após o prazo para impugnação.

e) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o cumprimento da sentença não dependerá de demonstração de que se realizou a condição ou o termo.

41. Pedro foi condenado ao pagamento de 200 salários-mínimos advindos de uma disputa contratual com Sônia. Depois do trânsito em julgado, Pedro soube que o juiz o qual julgou a causa era amigo íntimo de Sônia. Após o conhecimento do fato, Pedro entrou com uma ação rescisória, que deverá:

- a) Ser admitida, pois a situação narrada versa sobre impedimento do juiz, uma hipótese que permite a ação rescisória.
- b) Ser recusada, pois a situação narrada versa sobre impedimento do juiz, uma hipótese que não permite a ação rescisória.
- c) Ser admitida, pois a situação narrada versa sobre suspeição do juiz, uma hipótese que permite a ação rescisória.
- d) Ser recusada, pois a situação narrada versa sobre suspeição do juiz, uma hipótese que não permite a ação rescisória.
- e) Ser admitida, pois a situação narrada mostra que Pedro descobriu um novo fato cuja existência ignorava, caso que, por si só, permite a ação rescisória.

42. Assinale a alternativa de acordo com o Código de Processo Civil sobre a Reclamação:

- a) Em situações excepcionais, é possível a propositura da reclamação mesmo após o trânsito em julgado.
- b) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação.
- c) A reclamação pode ser interposta para garantir a autoridade das decisões dos tribunais superiores, não sendo meio hábil para garantir a autoridade dos demais tribunais.
- d) Recebida a reclamação, o relator obrigatoriamente suspenderá o processo ou o ato impugnado.
- e) Na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 15 dias, após o decurso do prazo para informações e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado.

43. Maria é fiadora de Eduarda em um contrato de aluguel de imóvel. Após perder o emprego, Eduarda ficou inadimplente. Diante dessa situação, o proprietário do imóvel propôs uma ação de cobrança em face de Maria. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:

- a) Maria poderá pedir a inclusão de Eduarda no polo passivo para responsabilização através da figura da Denúnciação à lide.
- b) Por ser fiadora, Maria deve arcar com o prejuízo sozinha. Poderá entrar com ação para pedir indenização de Eduarda posteriormente.
- c) Maria poderá pedir a inclusão de Eduarda no polo passivo para responsabilização através da figura da do chamamento ao Processo.
- d) Maria poderá pedir a inclusão de Eduarda no polo passivo para responsabilização através da figura da Assistência Simples.
- e) Maria poderá pedir a inclusão de Eduarda no polo passivo para responsabilização através da figura do *amicus curie*.

44. De acordo com o entendimento jurisprudencial e as normas do Código de Processo Civil em matéria de nulidade:

- a) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
- b) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta poderá ser requerida mesmo pela parte que tenha lhe dado causa.
- c) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, ainda que a parte prove impedimento.
- d) O erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos decorrentes.
- e) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

45. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) o inquérito policial é regido, primariamente, como procedimento oral, haja vista que as oitivas realizadas durante sua condução não precisam ser necessariamente reduzidas a termo.
- b) o inquérito policial é procedimento indispensável à apuração da materialidade do fato e dos indícios de autoria.
- c) o inquérito policial, mesmo em tempos atuais, é considerado como procedimento inquisitivo, sem observância obrigatória do contraditório durante sua condução.
- d) o inquérito policial caracteriza-se como um processo judicial público.
- e) o inquérito policial caracteriza-se como um processo judicial sigiloso.

46. A atuação dos juízes e tribunais precisa ser delimitada, ou seja, a jurisdição é delimitada por critérios e a esta delimitação dá-se o nome de competência judiciária. Assim, a competência é o poder que tem o órgão do Poder Judiciário de fazer atuar a função jurisdicional em determinado caso concreto.

Com base nos seus conhecimentos sobre direito processual penal, marque a alternativa correta.

- a) Entende-se que não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- b) Entende-se que competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, inclusive as competências privativas do Tribunal do Júri.
- c) Entende-se que a competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- d) Entende-se que se tratando de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela conexão.
- e) Entende-se que a competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela conexão do juízo federal do lugar da apreensão dos bens.

47. Sobre a busca e apreensão, assinale a alternativa correta.

- a) A busca domiciliar não poderá ser feita para apreender pessoas vítimas de crimes.
- b) A busca domiciliar não pode ser determinada de ofício pelo magistrado, devendo ser precedida de requerimento das partes.
- c) A busca pessoal dependerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.

d) Na busca domiciliar precedida de mandado, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

e) Na busca domiciliar, é expressamente vedado o arrombamento de porta, ainda que em caso de desobediência.

48. Acerca da disciplina das prisões e medidas cautelares, assinale a alternativa correta.

- a) Aplicada a medida cautelar de monitoração eletrônica, por ser a mais gravosa dentre as previstas em lei, não poderá haver cumulação com outras.
- b) As medidas cautelares diversas da prisão serão decretadas pelo juiz, de ofício, ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- c) Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério, assim entendido o período de 60 dias após o parto.
- e) O Supremo Tribunal Federal, em controle de constitucionalidade, reconheceu a inconstitucionalidade das diversas espécies que prisão especial.

49. Caio, oficial de justiça, não encontrou o acusado para citá-lo, pois este estava em lugar certo e não sabido. Nesse caso, procederá:

- a) à citação por hora certa.
- b) à citação por edital com prazo de 15 dias.
- c) à citação por edital com prazo de 30 dias.
- d) à citação por edital com prazo de 60 dias.
- e) à citação por edital com prazo de 90 dias.

50. Sobre o tema “*habeas corpus*” e sobre as previsões contidas entre os artigos 647 e 654 do CPP, é correto afirmar:

- a) Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, como por exemplo nos casos de punição disciplinar que envolva prisão.
- b) A concessão do *habeas corpus* não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- c) Se o *habeas corpus* for concedido em virtude de nulidade do processo, este será interrompido.
- d) Ordenada a soltura do paciente em virtude de *habeas corpus*, não será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.
- e) Recebida a petição de *habeas corpus*, o juiz deverá, se estiver preso o paciente, mandar que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.

51. A respeito da ação penal privada subsidiária da pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) cabe ao Ministério Público aditar a queixa.
- b) no caso de negligência do querelante e com concordância deste, o Ministério Público poderá retomar a ação penal como parte principal.
- c) repudiar a inicial acusatória e oferecer denúncia substitutiva.
- d) é possível a intervenção em todos os termos do processo.
- e) poderá fornecer elementos de prova.

52. Sobre os recursos, assinale a alternativa correta.

- a) Caberá recurso em sentido estrito da decisão do Tribunal do Júri quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
- b) Na hipótese de o juiz recusar homologação à proposta de Acordo de Não Persecução Penal, caberá interposição de recurso em sentido estrito.
- c) Apresentado o termo de apelação de sentença condenatória dentro do prazo legal, a apresentação extemporânea das razões recursais importa em deserção.
- d) Os embargos de declaração têm como objetivo sanar obscuridade, contradição ou omissão, sendo cabíveis no prazo de 5 dias.
- e) Contra a sentença de impronúncia caberá recurso em sentido estrito.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

53. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

54. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

55. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS.
- b) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- c) Imposto sobre Bens e Serviços - IBS.
- d) Imposto Seletivo - IS.
- e) Impostos Extraordinários de Guerra.

56. Um sindicato de trabalhadores alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, o sindicato financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas aos sindicatos dos trabalhadores.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que o sindicato dos trabalhadores é isento do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e o sindicato, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que o sindicato não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

57. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- III-) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

58. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei.
- II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III-) A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

59. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

60. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

Redação

No âmago da contemporaneidade, o uso crescente de nootrópicos emerge como um reflexo do paradigma da sociedade do desempenho. O fenômeno revela-se não apenas como uma busca individual por aprimoramento cognitivo, mas como uma manifestação simbólica das expectativas sociais imbuídas na busca incessante por produtividade e excelência. Os nootrópicos, enquanto ferramentas destinadas a maximizar as capacidades mentais, refletem a essência da era moderna, na qual a medida do sucesso e a valoração pessoal são intrinsecamente vinculadas ao rendimento contínuo e à conquista incessante. Nesse contexto, o uso dessas substâncias transcende a esfera do indivíduo, tornando-se uma expressão tangível da pressão cultural que exige desempenho máximo em todas as esferas da vida.

Com base na discussão acima, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição crítica acerca do tema nele tratado.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
